

A Panamazônia: suas peculiaridades e recursos estratégicos

Resumo

Analisa-se no presente artigo as peculiaridades e recursos estratégicos da Panamazônia, os quais historicamente aguçam a cobiça internacional. Com caráter bibliográfico, a pesquisa conclui que: a Panamazônia se trata da maior reserva de biodiversidade do planeta, sendo destaque em critério hidrográfico - maior reserva de água doce do planeta -; critério ecológico - cobertura florestal com pelo menos 5 mil espécimes de árvores; critério político-administrativo - delimitação assemelha-se a um condomínio internacional, complexo e preocupante dada as soberanias de pelo menos 8 países; possui maior variedade de espécimes de animais do mundo; possui reservas significativas de petróleo e gás, além de ouro e diamantes; é detentora dos maiores estoques de recursos minerais para avanços tecnológicos no mundo. Portanto, a Panamazônia possui números impressionantes de recursos naturais estratégicos que, num tempo em que o clima, a água e a geração de energia e alimentos firmam-se como pauta permanente nas prioridades dos investimentos globais, a Região Amazônica vem cada vez mais despertando a atenção, a preocupação e até a cobiça internacional.

Palavras-chave: Panamazônia; recursos estratégicos; recursos naturais.

PANAMAZONIA: its peculiarities and strategic resources

Abstract

This article analyzes the Panamazonian peculiarities and strategic resources, which historically sharpen international greed. With bibliographical character, a research concludes that: Panamazonia is the largest biodiversity reserve on the planet, being highlighted in hydrographic criteria - the largest fresh water reserve on the planet -; ecological criterion - forest cover with at least 5,000 tree specimens; political-administrative criterion - delimitation is similar to an international condominium, complex and worrisome given as sober of at least 8 countries; has the greatest variety of animal species in the world; reserve sources of oil and gas, as well as gold and diamonds; it holds the largest stocks of mineral resources for technological advances in the world. Therefore, Panamazonia has impressive numbers of strategic natural resources that, at a time when the climate, water and the generation of energy and food establish themselves as a permanent agenda in the priorities of global investments, the Amazon Region is increasingly awakening the attention, concern and even international greed.

Keywords: Panamazonia; strategic resources; natural resources.

1 INTRODUÇÃO

A partir da globalização e da incorporação da proteção da sustentabilidade ambiental à agenda global da humanidade, a atenção internacional tem-se voltado para a Região Amazônica Sul-Americana, também conhecida como Panamazônia, bioma natural que perpassa pelo menos oito países soberanos – Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname –, e ainda uma colônia europeia encrustada na América do Sul – a Guiana Francesa.

Semelhante a um “condomínio internacional”, a Panamazônia é muito lembrada por suas inúmeras riquezas, inclusive ao ponto de despertar cobiças multivariadas por parte de empresas e governos de países do primeiro mundo (AB’SÁBER, 2004, p. 295). Há, sobre o tema, inclusive debates em torno da “internacionalização da Amazônia”, de forma a colocá-la sob o controle de uma autoridade internacional”.

Com isso, questiona-se: quais as peculiaridades e recursos estratégicos da Panamazônia que tanto aguçam a cobiça internacional?

Para responder a tal pergunta de pesquisa, **analisa-se nesse artigo as peculiaridades e recursos estratégicos da Panamazônia, os quais historicamente aguçam a cobiça internacional.**

Para tal, cumpre-se sinalizar que esta pesquisa tem caráter bibliográfico e encontra-se estruturada em duas divisões principais além da introdução, a fundamentação e discussão, tal como as considerações finais, seguidas das referências bibliográficas utilizadas.

Passa-se a executar o objetivo proposto.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DISCUSSÃO

Destacando-se pelos números que naturalmente impressionam – maior floresta tropical do Planeta; maior bacia hidrográfica da Terra e maior reserva de biodiversidade global –, e ainda com um singular potencial de recursos naturais estratégicos em seu subsolo, num tempo em que o clima, a água e a geração de energia e alimentos firmam-se como pauta permanente nas prioridades dos investimentos globais, a Região Amazônica vem cada vez mais despertando a atenção e preocupação do mundo (PASQUIS; BOUAMRANE, 2002, p. 282).

No ponto, diga-se de, antemão que os termos “Amazônia Sul-Americana”, “Amazônia Continental” ou “Panamazônia” são aqueles que podem ser utilizadas para se referir à Amazônia como um todo, e diferenciá-la da Amazônia Nacional de cada país que compartilha a região, indo nessa linha, por exemplo, os ensinamentos de Rey, Muñoz e Cardona (2004):

As expressões Amazônia, Panamazônia, Amazônia Sul-Americana, Região Amazônica ou Grande Amazônia, compreendem diferentes enfoques, discernimentos e representações espaciais. Em geral, esses termos referem-se à maior selva tropical úmida do Planeta, localizada ao norte da América do Sul, à bacia hidrográfica do rio Amazonas, às nações que têm territórios nessas áreas, aos estados que promovem, através de ações conjuntas, o planejamento do desenvolvimento sustentável da Amazônia para preservar o meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais, aos limites artificiais de conveniência político-administrativa para a aplicação de incentivos fiscais em territórios determinados, aos povos que a habitam, e a sua fauna terrestre e aquática. Esses conceitos têm a dificuldade de que não se podem traduzir facilmente numa cartografia única, porque se referem a espaços diferentes cujos limites não necessariamente coincidem (REY; MUÑOZ; CARDONA, 2004, p. 16-17).

Diga-se desde já, também, tratar-se a Amazônia Continental ou Panamazônia de um ecossistema que conta com aproximadamente 7.000.000 km² de território, vinculados à soberania de pelos oito países, estendendo-se por uma porção geográfica compartilhada por Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname, e ainda pela Guiana Francesa, que vem a ser uma colônia da França (PENNA FILHO, 2013, p. 94).

Observe-se a Figura 1:

Figura 1 - Panamazônia ou Amazônia Continental



Fonte: OTCA (2018b, p. 13).

Os autores, de um modo geral – por todos, mencione-se Aragón (2018, p. 17) –, utilizam-se de pelo menos três critérios para delimitar a Panamazônia: o critério hidrográfico, o critério ecológico e o critério político-administrativo.

O critério hidrográfico, como não poderia deixar de ser, tem específica relação com o Rio Amazonas e os territórios por ele inundados, tratando-se de um singular critério de identificação da região, já que o ecossistema amazônico é caracterizado principalmente pela existência da Bacia Hidrográfica do Rio Amazonas – este, por si só, o mais extenso do mundo, com quase 7.000 km de extensão –, sendo formada, ainda, por mais 17 (dezessete) afluentes, comportando, no total, pelo menos a quinta parte das disponibilidades mundiais de água doce do Planeta, distribuídas, desse montante, em mais de 60% no território brasileiro (PIRES-O'BRIEN; O'BRIEN, 1995, p. 260).

Este critério de identificação da Panamazônia, que deixa de fora o Suriname e a Guiana Francesa – cujos rios deságuam diretamente no Oceano Atlântico – é particularmente importante, porque evidencia se encontrar nesta região uma importante reserva planetária de água doce, importância esta que se agudiza num mundo que já convive com a escassez desse produto em alguns países, tudo estando a indicar que passará a representar, muito proximamente, um inestimável recurso global, como diz Aragón (2018):

A demanda por água tende a aumentar no mundo por diversas razões. Além do próprio crescimento da população, especialmente em áreas urbanas, acirra-se a disputa entre os diversos usos da água na medida em que aumenta a industrialização, a mecanização da agricultura, a irrigação, a expansão da pecuária e outros. Todos esses fatores, agregando-se a má distribuição, tornaram a água mais valorizada economicamente. As Nações Unidas estimam que se medidas urgentes não forem tomadas, 2,7 bilhões de pessoas enfrentarão escassez de água em 2025 (UN, 2003), e outras estimativas calculam que 1,5 bilhões de pessoas já não têm acesso à água (ARAGÓN, 2018, p. 25).

A estimativa é que que em um pico populacional, no ano de 2100, tenha-se 11 bilhões de pessoas, vislumbrando-se a escassez desse produto para os anos futuros em várias porções do Planeta, é neste aspecto, especificamente, que a Panamazônia se torna importante aos olhos do mundo, sendo digna de nota, com relação ao tema, a lição de Jerson Kelman, ex-Presidente da Agência Nacional das Águas (ANA) do Brasil, avaliando ele que a água

despejada pelo Rio Amazonas no Atlântico poderia suprir com folga o consumo de toda a população mundial, circunstância que faz desse recurso natural presente na Panamazônia, em si, um produto de altíssima importância geoestratégica, senão vejamos:

Se, por hipótese, todos os seis bilhões de seres humanos que habitam o Planeta fossem convencidos a beber apenas água engarrafada do rio Amazonas, seria necessário utilizar o volume médio por ele despejado no mar durante apenas 1,5 minutos para atender toda a demanda diária mundial. Entretanto, como a maior parte da humanidade não consome água engarrafada, o volume despejado em menos de dois segundos seria suficiente (KELMAN, 2004, p. 01).

O critério ecológico, por outro lado, se refere à caracterização como Panamazônia de toda porção setentrional da América do Sul com a presença de sua densa cobertura florestal. Este também se trata de um critério igualmente importante para a identificação da região, sendo, na verdade, a sua característica mais marcante, motivo pelo qual será ele adotado preferencialmente, ao longo do presente trabalho, na delimitação de todos os aspectos atinentes à Panamazônia ou Amazônia Continental. No tocante, aliás, é de se dizer que se estima na Panamazônia a existência de pelo menos 5.000 (cinco mil) espécimes de árvores, sendo de se apontar desde já, no entanto, que o espaço amazônico não é tão uniforme como se possa pensar, pois que na região, a par de realmente predominar a floresta tropical úmida, também existem zonas de agricultura e outras paisagens (EVA; HUBER, 2005, p. 14).

Por fim, tendo-se incursionado nos critérios hidrográfico e ecológico para a delimitação da região compreendida pela Panamazônia, há ainda o critério político-administrativo, atendendo às leis ou às divisões administrativas de cada país – como se dá no Brasil em relação ao conceito de “Amazônia Legal”, delimitação político-administrativa esta que, na soma dos Países Amazônicos, chega a quase 8.000.000 km² de superfície.

A Tabela 1 delimita a superfície da Panamazônia segundo cada um desses três critérios mencionados, como se evidencia a seguir:

Tabela 1 - A superfície da Amazônia Continental e Nacional segundo diferentes critérios, por país

PAÍS	Área do país (km ²)	Critério Hidrográfico (km ²)	Critério Ecológico (km ²)	Critério Político-Administrativo (km ²)	Percentual da Amazônia no país (Critério Ecológico)	Percentual da Amazônia Nacional na Panamazônia (Critério Ecológico)
BRASIL	8.514.876	3.869.953	4.196.943	5.034.740	49,3%	60,7%
BOLÍVIA	1.098.581	724.000	567.303	724.000	51,6%	8,2%
PERU	1.285.216	967.176	782.786	651.440	60,9%	11,3%
EQUADOR	283.561	146.688	76.761	115.613	27,1%	1,1%
COLÔMBIA	1.141.748	345.293	452.572	477.274	39,6%	6,6%
VENEZUELA	916.445	53.000	391.296	53.000	42,7%	5,7%
GUIANA	214.960	12.224	214.960	214.960	100%	3,1%
SURINAME	142.800	-	142.800	142.800	100%	2,1%
GUIANA FR.	84.000	-	84.000	84.000	100%	1,2%
TOTAL	13.598.187	6.118.334	6.909.421	7.497.827	100	100%

Fonte: Adaptado a partir dos dados do PNUMA (2008, p. 41).

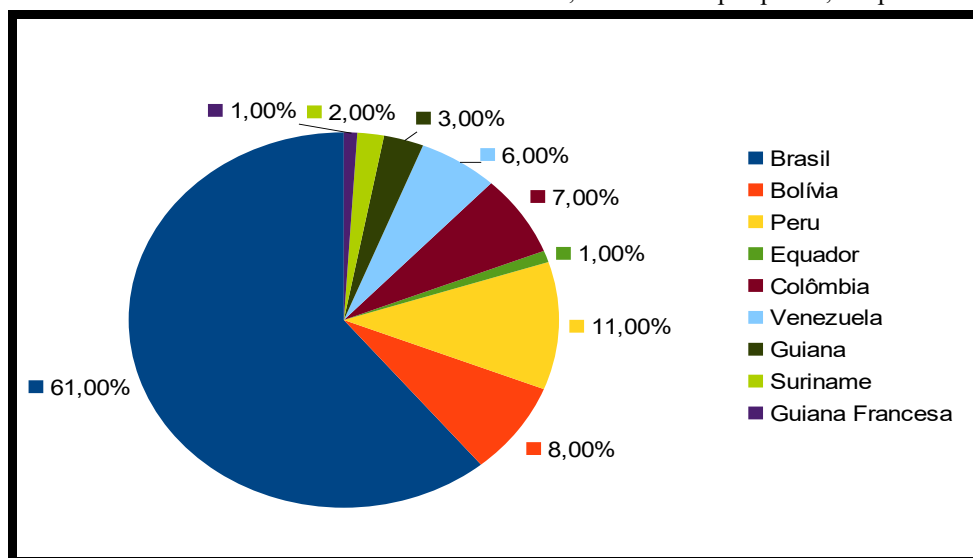
Pode-se dizer, portanto, chamando a lume os dados colacionados na Tabela 1, que a Panamazônia, em sua totalidade, com base no critério ecológico – que passa a ser tomado

como preferencial no curso do presente trabalho –, ocupa a parte setentrional da América do Sul, estendendo-se por vários países, cujos condôminos internacionais são os seguintes:

- o Brasil, ocupando 4.196.943 km² de seu território, quase 50% de seu território nacional, estendendo-se por aproximadamente 61% de toda a Região Amazônica;
- a Bolívia, com 567.303 km², ocupando também algo em torno de 50% de seu território nacional, ou aproximadamente 8% de toda a Região Amazônica;
- o Peru, com 782.786 km², ocupando aproximadamente 60% de seu território nacional, ou aproximadamente 11% de toda a Região Amazônica;
- o Equador, com 76.761 km², ocupando algo em torno de 27% do território nacional, estendendo-se por praticamente 1% de toda a Região Amazônica;
- a Colômbia, com 452.572 km², ocupando aproximadamente 40% de seu território nacional, estendendo-se por quase 7% de toda a Região Amazônica;
- a Venezuela, com 391.296 km², ocupando algo em torno de 42% de seu território nacional, estendendo-se por quase 6% de toda a Região Amazônica;
- a República Cooperativista da Guiana (antiga Guiana Inglesa), com 214.960 km², com 100% de seu território nacional inserido na Região Amazônica, o equivalente a 3,1% de toda a Panamazônia;
- o Suriname (antiga Guiana Holandesa), com 142.800 km², também com 100% de seu território nacional inserido na Região Amazônica, o equivalente a 2,1% de todo bioma regional;
- a Guiana Francesa, por sua vez, vinculada ao Estado Francês, como antes dito, com seu território de 84.000 km², também com 100% dele inserido na Região Amazônica, ocupa o equivalente a 1,2% de toda a Panamazônia.

Face a isso, apresenta-se o Gráfico 1.

Gráfico 1 - A Panamazônia ou Amazônia Continental, com divisão por países, em percentuais



Fonte: Elaborado a partir dos dados do PNUMA (2008, p. 41).

Conforme se deduz do Gráfico 1, o Bioma Amazônico, tratando-se de um ecossistema internacional por excelência, ultrapassando as fronteiras dos Estados Amazônicos, pressupõe a coexistência de regimes internacionais. Mais que isso, sendo um ecossistema compartilhado por diferentes nações, a otimização na utilização e fiscalização de

seus recursos bem poderia envolver uma gestão compartilhada institucionalmente.

Observa-se, no entanto, que a realidade tem apontado, muitas vezes, para a implementação de políticas de desenvolvimento na região considerando unicamente os interesses internos de cada Estado Amazônico, sem considerar as suas consequências junto aos Países Amazônicos vizinhos, sobressaindo daí a própria ressonância internacional da Panamazônia (REY; MUÑOZ; CARDONA, 2004, p. 16-17). Neste quadro, firma-se como um desafio permanente a ser superado na Panamazônia, em primeiro lugar, a integração efetiva e da forma mais harmoniosa possível da região, problema este que é dificultado exatamente pelo fato de se tratar de um espaço geográfico ocupado por vários países, cada qual com a sua normatividade própria, mas numa realidade em que, ao fim e ao cabo, ademais de todas as dificuldades de integração, as políticas fronteiriças implementadas por cada país deveriam levar em conta o fato de grande parte daquela porção territorial envolver área protegida, na linha do que é sinalado, aliás, por Santilli (2007):

dos mais de 1,4 milhão de km² de extensão total da faixa de fronteira, 29,9% estão em terras indígenas e 11,3% em unidades de conservação ambiental. Há casos em que essas áreas legalmente protegidas são contíguas a outras similares situadas em países vizinhos. Áreas habitadas por povos que foram artificialmente separados por essas fronteiras de estados nacionais. Faltam políticas integradas para a gestão dessas áreas (SANTILLI, 2007, p. 328).

Trata-se a Panamazônia, portanto, de um verdadeiro “condomínio internacional”, cuja biodiversidade, além de ser privilegiada pela sua própria cobertura vegetal e recursos hídricos, também é palco de grandes ecossistemas a serem administrados conjuntamente pelos Países Amazônicos, mediante o seu aproveitamento racional (COSTA NETO, 2007, p. 182).

Mas, é no tocante à fauna que a grandeza da biodiversidade presente na Panamazônia mais se exterioriza, encontrando-se na região a maior variedade de espécimes animais do mundo, por ela circulando pelo menos 324 mamíferos já catalogados – entre os quais 58 primatas –, além de grandes contingentes de répteis e aves, também ali existindo entre 2.500 a 3.000 variedades de peixes de água doce (PINTO, 2002, p. 75).

Neste particular, como traço marcante na região, reitera Lopes (2004):

A região ostenta a maior variedade de aves, primatas, roedores, jacarés, sapos, insetos, lagartos e peixes de água doce de todo o Planeta. São 324 espécies de mamíferos, como a onça-pintada, a ariranha, a preguiça e o macaco-uacari. Nela vivem cerca de 25% da população de primatas do globo e 70 das 334 espécies de papagaios existentes. Em seus rios há de 2.500 a 3.000 espécies de peixes. Só no Rio Negro podem ser encontradas 450 espécies (na Europa inteira não se contam mais de 200) (LOPES, 2004, p. 35).

Há ainda na região outros elementos pelos quais avulta o importante papel que a Panamazônia ocupa no cenário internacional em função da sua enorme biodiversidade, fazendo com que aquela porção geográfica seja considerada bastante prioritária no tocante à temática ambiental, atraindo a preocupação mundial com o uso sustentável dos recursos naturais, mas também, em muitos aspectos, despertando igualmente a atenção do mundo tendo em vista o enorme patrimônio escondido no subsolo da região. Realmente, no atinente à formação geológica do espaço amazônico, existem reservas importantes já estimadas há bastante tempo na região com relação ao petróleo e gás, como nos diz Ab'sáber (2004):

Trata-se de mais uma riqueza significativa que estava escondida no subsolo da Amazônia. Riquezas que, ao fim do século, despertam cobiças multivariadas por

parte de empresas e governos de países do primeiro mundo. [...] Agora que o território inteiro de nossas bacias sedimentares páleo e mesozóicas ficou bem conhecido em relação às suas províncias petrolíferas, têm surgido numerosos arautos da privatização, totalmente ignorantes em matéria da problemática do petróleo em terras ‘gondwânicas’: gente sem memória e sem conhecimento, destituída de senso de previsão de impactos, ao nível de diferentes profundidades do tempo (AB’SÁBER, 2004, p. 295).

Não o bastasse, a Panamazônia é detentora dos maiores estoques de recursos minerais necessários para os avanços tecnológicos do século XXI, tendo o Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), já em 1991 editado estudos a respeito dos recursos minerais ali presentes, constatando a existência na região de grandes estoques de ferro, bauxita, alumínio, ouro, estanho, manganês, cromo, cobre, níquel e diamantes (FERNANDES; PORTELA, 1991, p.8-30). De fato, particularmente no que diz com os recursos minerais presentes na região, depósitos de ouro já são objeto de exploração há bastante tempo, patrimônio este que também pode ser quantificado, chegando alguns autores, como Coutinho (2001, p. 78), a referir que o valor do subsolo amazônico possa alcançar o montante de 7,2 trilhões de dólares, em estoques já conhecidos. Vai nessa mesma linha Pinto (2002), para quem

As riquezas naturais do solo e subsolo da Amazônia plurinacional, já dimensionadas, ultrapassam os US\$ 8 trilhões e podem ser exploradas racionalmente sem prejuízo para o meio ambiente ou da biodiversidade. Somente o Brasil, considerando-se a Amazônia Legal, tem uma reserva entre 65 e 75% desse quanto (PINTO, 2002, p. 75).

O que se observa atualmente é que o patrimônio florestal da Panamazônia, necessário para a manutenção do equilíbrio da temperatura e das chuvas na região, bem assim os seus recursos hidrográficos, minerais e de biodiversidade, têm chamado a atenção do mundo a esta região, sendo, aliás, bastante antigas as manifestações de interesse por parte de vários atores internacionais sobre esta porção geográfica transnacional, seja em nome da necessidade de preservação ambiental dos bens da natureza ali presentes – necessidade esta contra a qual não se insurge –, seja, por outro lado, em nome de inconfessos interesses materiais relacionados ao acesso e controle de seus recursos naturais estratégicos. Disso se percebe que são imensos os desafios e as ameaças à Panamazônia, a começar pelo fato de se tratar de uma região pouco desenvolvida, na qual os Países Amazônicos têm tido dificuldades em implementar medidas de utilização sustentável dos bens da natureza ali presentes, resultando em processos localizados de degradação ambiental, tendo em vista a natural complexidade em fiscalizar e reprimir a prática de ilícitos ambientais em tão vasto território (REZENDE, 2016, p. 73).

Aliás, dada a imensidão do território da Panamazônia, há imensas áreas nas quais sequer se percebe a presença do Estado, o que, de certa maneira, acaba por alimentar um discurso internacional de proteção ambiental à região, não se tratando de uma equação fácil de resolver, contudo, a efetiva integração social e econômica das zonas de mata a cada um dos Estados Amazônicos, como explica Aragón (2018):

Em primeiro lugar porque, historicamente, como observado anteriormente, todos os países se projetaram em direções opostas à bacia ou, quando diferente, apenas mantiveram uma presença mais restrita na região. Em segundo lugar, há de se destacar a dificuldade de implementar projetos de ocupação e desenvolvimento na região tendo em vista as características naturais da bacia. É, de fato, uma tarefa complexa, com os recursos disponíveis nos países da região, manter uma presença estável do Estado que seja capaz de dotar os territórios de infraestrutura condizente

com as demandas sociais, tanto dos empreendedores quanto da sociedade em geral (ARAGÓN, 2018, p. 98).

Sobre o tema, Penna Filho (2013) diz ser compreensível que a busca do desenvolvimento da Panamazônia por meio da sua integração aos respectivos Estados Amazônicos tenha sido sempre uma meta de longo prazo, dado que, historicamente, tal porção geográfica, inclusive por falta de recursos econômicos, sempre tenha ficado à margem de maiores iniciativas desenvolvimentistas, aduzindo ainda que,

Enquanto no Brasil os principais núcleos urbanos e planos desenvolvimentistas se concentraram na região Sudeste do País e foram projetados em direção ao litoral, nos países vizinhos o processo não foi muito diferente. Assim, a Região Amazônica foi ficando relativamente relegada para o futuro. Sua ocupação foi, portanto, postergada, e só passou a receber mais atenção a partir da década de 1970 e, mesmo assim, de forma muito incipiente e desordenada, o que gerou um quadro quase caótico de ocupação em várias partes do seu território (PENNA FILHO, 2013, p. 97).

Há, pois, de se buscar soluções integradas, mediante a ação concertada dos governos amazônicos, com a implementação de medidas tendentes a alavancar investimentos de forma a retirar a sua população de uma histórica situação de pobreza. Para tal mister, evidente que se faz necessária a exploração racional de toda a potencial riqueza armazenada na região, mas, mais do que isso, tratando-se de um bioma compartilhado por diferentes soberanias, há de fazer-se isso de forma não só sustentável, mas também equânime, diminuindo as próprias idiossincrasias entre os países que ali detém território.

Evidentemente que não se está diante de tarefa fácil, já que um dos grandes problemas a serem superados pelos Países Amazônicos é sintonizar a regulamentação protetiva do meio ambiente, harmonicamente, sob a perspectiva internacional, respeitadas as soberanias das nações sobre as quais se estende esse importante bioma. Mas é preciso lembrar que, tratando-se a temática ambiental de questão que transcende fronteiras, impossível não conceber a proteção jurídica da Panamazônia por meio de uma colaboração entre os Estados Amazônicos baseada na interconstitucionalidade, ou transconstitucionalidade, isto é, conforme, Araújo (2015), reconhecendo-se, sempre, a necessidade de compatibilizar a

[...] existência de ordens jurídicas distintas tratando de uma mesma questão constitucional. Nesse contexto, não é possível afirmar qual ordem jurídica deve prevalecer, posto que todas têm, ao mesmo tempo, autonomia e validade próprias (ARAÚJO, 2015, p. 65).

De qualquer forma, aos Países Amazônicos, sabedores de que a Panamazônia se constitui num dos biomas mais ricos do Planeta, resta o caminho para o desenvolvimento dessa porção geográfica com a construção de uma ecologia integrada entre as nações que compartilham esse território, com a implementação de um modelo desenvolvimentista sustentável que seja ao mesmo tempo capaz de melhorar a condição de vida das atuais gerações e promover a conservação de seus recursos naturais às futuras.

3 CONCLUSÃO

Se propôs no presente artigo analisar as peculiaridades e os recursos estratégicos da Panamazônia, os quais historicamente aguçam a cobiça internacional. Com o caráter bibliográfico da pesquisa, identificou-se através dos dados discutidos na seção anterior que a

Panamazônia se trata da maior reserva de biodiversidade do Planeta, sendo destaque no que tange:

1. o critério hidrográfico, uma vez que agrega a Bacia Hidrográfica do Rio Amazonas, correspondendo pelo menos à quinta parte das disponibilidades de água doce do Planeta, sendo que, com a tendência de aumento de demanda da água, seja pelo crescimento da população ou outros motivos, somados a má-distribuição, tornarão a água mais escassa, e, portanto, mais valorizada economicamente;
2. o critério ecológico, correspondente à sua densa cobertura florestal, estimando-se a existência de pelo menos 5.000 (cinco mil) espécimes de árvores, tratando-se da maior floresta tropical do Planeta, sendo que, com o desmatamento e as queimadas, há uma preocupação internacional quanto a ações não sustentáveis, uma vez que há reflexos globais decorrentes da destruição desmedida da floresta nativa da região;
3. o critério político-administrativo, com sua delimitação político-administrativa, considerando a soma dos Países Amazônicos, chegando a quase 8.000.000 km² de superfície, um verdadeiro “condomínio internacional”, havendo preocupação acerca da sustentabilidade e complexidade que envolve esse critério, que pode ser fator impactante sobre a soberania das Nações Amazônicas;
4. a maior variedade de espécimes animais do mundo, por ela circulando pelo menos 324 mamíferos já catalogados – entre os quais 58 primatas –, além de grandes contingentes de répteis e aves, também ali existindo entre 2.500 a 3.000 variedades de peixes de água doce;
5. também é um aspecto a destacar o enorme patrimônio escondido no subsolo da região, no atinente à formação geológica do espaço amazônico, no qual existem reservas importantes já estimadas há bastante tempo na região com relação ao petróleo e gás, além de minérios tradicionais, como ouro e diamantes.

Não bastasse, a Panamazônia é detentora dos maiores estoques de recursos minerais necessários para os avanços tecnológicos do século XXI, com reservas ali presentes de estoques de ferro, bauxita, alumínio, estanho, manganês, cromo, cobre e níquel.

Em tempo, conclui-se que naturalmente a Panamazônia possui números impressionantes de recursos naturais estratégicos, sendo que, num tempo em que o clima, a água e a geração de energia e alimentos firmam-se como pauta permanente nas prioridades dos investimentos globais, a Região Amazônica vem cada vez mais despertando a atenção e preocupação do mundo (PASQUIS; BOUAMRANE, 2002, p. 282).

Como limitações e oportunidades futuras, sugere-se complementar o presente estudo, para demonstrar a evolução da utilização não-sustentável dos bens ambientais da região, avaliando-se, na mesma medida, os aportes internacionais concedidos aos Estados Amazônicos no sentido de preservar a Panamazônia, para buscar compreender o verdadeiro interesse de outras nações, sobretudo do primeiro mundo, junto aos Estados Amazônicos, enquanto legítimos detentores do rico patrimônio da região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB’SABER, Aziz Nacib. **Amazônia**: do discurso à práxis. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2004.

ARAGÓN, Luis Eduardo. A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação. **Revista NERA**, v. 21, n. 42, p. 15-33, 2018.

COSTA NETO, Nicolau Dino de Castro. Reflexões sobre a proteção jurídica da Floresta Amazônica. In: BRAGA, Rodrigo Bernardes; SION, Alexandre Oheb (Coords.). **Amazônia: os desafios da região sob a perspectiva jurídica**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

EVA, H. D.; HUBER, O. (Ed.) Proposta para definição dos limites geográficos da Amazônia. Luxemburgo: Comunidades Europeias, 2005.

FERNANDES, Francisco Rego Chaves; PORTELA, Irene C. de M. H. de Medeiros; **Recursos minerais da Amazônia: alguns dados sobre situação e perspectivas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Centro de Tecnologia Mineral (CETEM) do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), 1991.

KELMAN, J. Hidropirataria na Amazônia. Folha do Meio Ambiente, Ponto de Vista, ano 15, n 152, Brasília, outubro de 2004.

LOPES, Idevan César Rauen. “Casa da Mãe Joana”. **O Magistrado em Revista**. Distrito Federal, v. 4, n. 29, p. 20-40, ago. 2004.

OTCA-ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA. **Informe Regional sobre la Situación de los Bosques en la Región Amazónica**. 1. ed. Brasília: Secretaria Permanente (SP/OTCA), 2018.

PASQUIS, Richard; BOUAMRANE, Meriem. Desflorestamento e impactos sobre a diversidade biológica: uma questão de escalas. In: THEODORO, Suzi Huff (Org.). **Conflitos e uso sustentável dos recursos naturais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002, p. 279-299.

PENNA FILHO, Pio. Reflexões sobre o Brasil e os desafios Panamazônicos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais-IBRI, v. 56, n. 2, p. 94-111, 2013.

PINTO, Luis Flodoardo Silva. **Amazônia, retrato de uma região questionada**. 1. ed. Porto Alegre: AGE Editora, 2002.

PIRES-O'BRIEN, Maria Joaquina; O'BRIEN, Carl Michael. **Ecologia e modelamento de florestas tropicais**. 1. ed. Belém: Faculdade de Ciências Agrárias do Pará-FCAP, 1995

PNUMA/OTCA-Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente/Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. **Geo Amazônia: perspectivas do meio ambiente na Amazônia**. 1. ed. Brasília: PNUMA/OTCA, 2008.

REY, Franz Gutiérrez; MUÑOZ, Luis Eduardo Acosta; CARDONA, Carlos Ariel Salazar. **Perfiles urbanos en la Amazonia Colombiana: un enfoque para el desarrollo sostenible**. 1. ed. Bogotá: Instituto Sinchi, 2004.

REZENDE, Elcio Nacur. A Amazônia Brasileira. In: COSTA, Beatriz Souza (Org.). **Pan-amazônia**: o ordenamento jurídico na perspectiva das questões socioambientais e da proteção ambiental. 1. ed. Belo Horizonte: Dom Helder, 2016.

SANTILLI, Márcio. **Fronteiras**. Almanaque Brasil Socioambiental. 1. ed. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2007.